

Planejamento e gestão participativa como ferramentas para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Itajaí, SC.

Reuter, Rejane. H; Dias, Franciele. O; Schacht, Karin

Associação Catarinense de Preservação da Natureza – ACAPRENA. Blumenau/SC – Rua Antonio da Veiga, 140 – Sala D 107 – Victor Konder – Blumenau – SC – CEP: 89012-900¹

planodemanejo@acaprena.org.br

INTRODUÇÃO

A participação social na gestão de áreas protegidas, apesar de ser prevista na Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), é um processo recente e ainda insipiente. Para que ele seja de fato implementado, é necessário que se leve em consideração tanto nas fases de planejamento quanto de gestão, as relações que as populações humanas residentes nas proximidades destas áreas possuem, pois são elas que detêm o conhecimento das realidades sociais, econômicas e ambientais locais. Com base neste enfoque, a equipe que elabora o plano de manejo do Parque Nacional da Serra do Itajaí – PNSI buscou formas de conciliar os diferentes interesses apresentados pelas comunidades e as necessidades técnicas inerentes ao processo de elaboração de planos de manejo, pois acredita ser o componente humano o diferencial entre a efetividade na gestão de áreas protegidas.

OBJETIVOS

Envolver as comunidades residentes no interior e na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra do Itajaí no processo de planejamento da Unidade de Conservação.

METODOLOGIA

O Parque Nacional da Serra do Itajaí foi criado em 04 de junho de 2004, com área de 57.374 ha, cobertos por diversos estádios sucessionais de Floresta Ombrófila Densa, envolvendo áreas de nove municípios no estado de Santa Catarina: Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos. O trabalho foi realizado no período compreendido entre março de 2006 e agosto de 2007, especificamente com moradores do interior e da zona de amortecimento do PNSI, estabelecida mediante Decreto Presidencial em 500 metros. O processo de participação social no projeto foi elaborado em quatro etapas distintas, porém sucessivas e interligadas, descritas a seguir:

1. Processo de articulação política: Nesta etapa buscou-se: a) ouvir as principais reivindicações de cada município, iniciando o processo de gestão de conflitos; b) Apresentar as atividades do projeto do plano de manejo para o PNSI; c) Solicitar apoio para a realização das atividades, através do estabelecimento da melhor forma de comunicação no município, além da indicação de um representante de cada prefeitura como referência para contatos.

2. Realização de reuniões abertas: O objetivo principal desta etapa foi o de estabelecer um primeiro contato com as comunidades, ouvindo suas principais reivindicações, dando continuidade ao processo de gestão de conflitos, além do esclarecimento de dúvidas e da apresentação das principais atividades que compõe um plano de manejo de uma UC.

3. Diagnóstico socioambiental das comunidades: Ocorreu através da aplicação de um roteiro de entrevistas, cujo objetivo principal foi o de conhecer a realidade das comunidades que residem no interior e próximas ao PNSI.

4. Oficinas de planejamento e gestão de conflitos: Etapa destinada ao início do processo de planejamento da unidade de conservação, através de uma adaptação da matriz de análise estratégica, proposta por Galante *et al.* (2002) e da elaboração de um zoneamento preliminar da UC pelas comunidades. Além destes resultados, buscou-se inicialmente realizar o nivelamento dos atores envolvidos, através da apresentação de conceitos relacionados ao SNUC. Vale ressaltar que este processo participativo encontra-se ainda em desenvolvimento, sendo concluído até dezembro de 2007, após a finalização de mais duas etapas: **a)** Oficinas para os educadores no entorno do PNSI; **b)** Oficinas para capacitação do Conselho Consultivo da UC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do conjunto de atividades que compõe o processo participativo elaborado pela equipe que executa o plano de manejo do PNSI, foram agrupados e encontram-se descritos detalhadamente abaixo:

1. Processo de articulação política: Foram promovidas nove reuniões com os principais representantes políticos dos municípios que possuem áreas envolvidas pelo PNSI. Apesar de algumas resistências de lideranças manifestarem-se contra o PNSI, principalmente nos municípios de Botuverá, Guabiruba e Apiúna, a equipe foi bem recebida nesses encontros conquistando apoio institucional para realização das atividades subseqüentes. Nesta etapa o

conflito mais evidente detectado pelas comunidades foi a forma impositiva pela qual ocorreu a criação da UC.

2. Realização de reuniões abertas: Foram realizadas catorze reuniões em diferentes localidades, pertencentes aos nove municípios envolvidos pelo PNSI. Participaram desta atividade 321 moradores da zona de amortecimento, do interior e do entorno da UC, dos quais 84 manifestaram interesse em participar das oficinas de planejamento e gestão de conflitos. Nos municípios de Botuverá e Guabiruba os conflitos foram mais acentuados, devido à presença de representantes de movimentos contrários à criação do parque, que acabaram tumultuando e tentando desvirtuar o foco da reunião, repassando informações equivocadas para as comunidades. Apesar disto, a equipe conseguiu realizar as reuniões, atingindo os objetivos aos quais foram propostas.

3. Diagnóstico das comunidades: Foram entrevistadas 408 pessoas que residem mais próximas ao PNSI, sendo respectivamente: 335 entrevistas na zona de amortecimento, 22 entrevistas no interior e 51 entrevistas do entorno do PNSI. As comunidades possuem em sua maioria características diferenciadas, como por exemplo, a cultura, a religião, sendo estas típicas de cada localidade. A faixa etária predominante encontra-se entre 31 e 60 anos e a renda média das famílias varia entre 4 à 5 salários mínimos, demonstrando que possuem forte ligação com essas regiões. Como características comuns, destacam-se: a água que abastece as propriedades, que possui origem nas nascentes encontradas, em sua maioria, no interior do PNSI. Na percepção da maioria dos entrevistados, em relação aos benefícios mais citados que o parque poderá trazer para a comunidade, destacaram-se a água e a biodiversidade. Dentre os principais conflitos detectados, encontram-se os relacionados ao processo de regularização fundiária e a possibilidade de restrições ao desenvolvimento de atividades econômicas nas proximidades do parque.

4. Oficinas de planejamento e gestão de conflitos: Até o momento foram realizadas duas oficinas de planejamento e gestão de conflitos nos municípios de Gaspar e Indaial, onde compareceram cerca de 35 representantes de lideranças comunitárias mais representativas de cada município. Após as atividades iniciais de sensibilização e de nivelamento em relação aos principais conceitos relacionados ao SNUC, iniciou-se o processo de construção da matriz de planejamento adaptada para as comunidades. Neste momento, todos tiveram a oportunidade de apontar quais os principais pontos fracos e ameaças, como também os pontos fortes e as potencialidades, tanto no ambiente interno quanto no externo da unidade. A partir desta atividade foram realizados vários encaminhamentos, através das próprias associações

presentes nas oficinas, buscando desde já o fortalecimento e a resolução de alguns problemas verificados imediatamente. Após esta fase, iniciaram-se as sugestões acerca do zoneamento preliminar para cada um dos municípios do parque, adaptando a metodologia existente para a realidade local. Todos os líderes participaram com entusiasmo desta atividade, sentindo-se fortalecidos pela articulação política que lhes foi proporcionada e parte efetiva do processo de planejamento da UC. Ao final de cada oficina foram eleitos pelos participantes, um líder comunitário (um titular e um suplente), que participarão de outras atividades previstas no plano de manejo.

CONCLUSÕES

O planejamento e a gestão participativa utilizados durante o processo de elaboração do plano de manejo do PNSI resultaram em informações relevantes e atualizadas sobre as características do entorno da UC e promoveram a gestão dos conflitos, através da valorização das comunidades durante todo o processo. Sugerimos, portanto, a utilização de metodologias cada vez mais participativas nestes processos, pois acreditamos que somente através delas é que será possível o manejo sustentável e efetivo de áreas protegidas.

AGRADECIMENTOS

Secretaria Técnica do PDA/Mata Atlântica – Ministério do Meio Ambiente (MMA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001. 176p.

GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro Metodológico de Planejamento** - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. IBAMA, 2002. 136p.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M & FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: IBAMA, 2003. 43p.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. & SOUZA, M. G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: CULLEN Jr, L.; RUDRAN, R. & VALLADARES-PADUA, C. (org). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Ed. UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. 667p.